

DAS DIFICULDADES E DA NECESSIDADE DE ARTICULAÇÃO ENTRE ESPAÇO E CAPITALISMO

Resenha de *Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*,
de Carlos Brandão, ed. da Unicamp, 238p., 2007.

Por Guilherme Ribeiro
UFF - Campos dos Goytacazes

Escrito por um economista, *Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*, é um livro triplamente crítico: primeiro, por se opor às abordagens econômicas que negligenciam a dimensão espacial; segundo, por discordar de uma gama de autores que enfatizam a escala *local* como principal referência das atividades econômicas; terceiro, por discordar dos rumos tomados pelo desenvolvimento brasileiro.

Esses três aspectos são mais do que suficientes para justificar a leitura deste trabalho — tese de livre-docência defendida em setembro de 2003 na Unicamp — por parte dos geógrafos e, certamente, foram os dois primeiros que levaram o autor a aproximar-se enfaticamente de autores de nosso campos, tais como David Harvey, Doreen Massey, Neil Smith, Erik Swyngedouw, Pierre Veltz, Milton Santos, Berta Becker e Cláudio Egler, bem como intelectuais que nos são caros como Henri Lefebvre, Mark Gottdiener, Alain Lipietz, Georges Benko e Manuel Castells.

Apoiado no marxismo, aqui o leitor mais atento já deve estar relacionando os autores acima citados com o debate que, tendo Lefebvre como pioneiro, levou adiante a difícil tarefa de articular a reprodução do capitalismo com a produção do espaço, abrindo caminho para a construção de um materialismo que fosse ao mesmo tempo *histórico* e *geográfico*. Nesse sentido, a ausência de *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica* (1989), de Edward Soja, é inexplicável, posto que se trata de obra de referência acerca da hegemonia do historicismo no pensamento crítico.

De todo modo, *Território & desenvolvimento* simboliza um movimento que há pelo menos duas décadas vem marcando a *démarche* das Ciências Sociais em escala mundial: assim como houve um *linguistic turn* a sublinhar a relevância do texto, da narrativa e das figuras de linguagem nos métodos analíticos¹, é possível falar também num *territorial turn*² que incorpora

¹ Penso sobretudo no instigante e discutível *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*, de Hayden White, publicado no Brasil pela Edusp em 1995 mas cujo original é publicado em inglês em 1973.

a dimensão espacial dos fenômenos sociais não mais como um reflexo ou um cenário inerte, mas como elemento constituinte essencial da reprodução da vida social *lato sensu*.

Portanto, as intenções de Brandão são, no mínimo, louváveis, seja porquê partem de uma crítica ao seu próprio campo (a economia), seja porquê entendem a necessidade de explicar o capitalismo por intermédio do espaço — principalmente num país como o nosso, caracterizado por distâncias continentais, enormes riquezas naturais e profunda diversidade regional. Além disso, não basta explicar o desenvolvimento capitalista brasileiro de forma caolha enfatizando uma única escala — a local —, mas sim articulando, como aponta o subtítulo, as múltiplas escalas entre o local e o global.

É aqui que o livro revela seus limites. Ou, para ser mais justo, revela dificuldades que não são exclusivamente suas, mas sim aquelas referentes à associação entre *capitalismo e espaço*. Uma confissão de Neil Smith em *Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço* (1984) jamais me saiu da cabeça: enquanto os intelectuais tinham dificuldade em associar sociedade e espaço, na prática o capital operava isso com facilidade (p.19). Se Milton Santos assegurava em *Por uma Geografia Nova* (1978) que definir o espaço não era tarefa fácil, explicar a sociedade a partir do espaço ou relacioná-lo com o tempo certamente também não o são. A tendência a reificá-lo, tomando-o como se tivesse leis autônomas à sociedade, já foram apontadas pelos próprios geógrafos ³.

Não diria que Brandão chega a reificar o espaço, embora uma interpretação mais rigorosa provavelmente o fizesse. Porém, embora ele faça questão de destacar que o capitalismo opere em todas as escalas, exigindo, portanto uma leitura *transescalar* do mesmo, sua discussão sobre o conceito de *escala* não aparece em todo o texto, permanecendo restrita a uma página do último capítulo, onde faz menção a Eric Swyngedouw e a Carlos Vainer (p.210). Talvez o mesmo pudesse ser dito sobre o *território*, já que ele não o problematiza enquanto conceito. No entanto, fica evidente que ele explora a definição mais tradicional do mesmo, ligada ao Estado-Nação.

Outro ponto que chama atenção são suas críticas às teorias sobre o desenvolvimento local, teorias que parecem esquecer das demais escalas e dos processos estruturais de reprodução do capitalismo — algo no qual estou de acordo. Contudo, sua interpretação o levou a agrupar *num*

² Expressão da historiadora e geógrafa francesa Marie-Vic Ozouf-Marignier no artigo « Le territoire, la géographie et les sciences sociales: aperçus historiques et épistémologiques », publicado no livro *Territoires, territorialité, territorialisation. Controverses et perspectives*, organizado por Martin Vanier em 2009 pela Presses Universitaires de Rennes.

³ Refiro-me ao texto “Espaciologia: uma objeção. Crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social”, de Marcelo J.L. de Souza, publicado na revista *Terra Livre* em 1988.

mesmo conjunto autores tão diversos quanto Saskia Sassem, Paul Krugman, Manuel Castells, Georges Benko, Kenichi Ohmae, Allen Scott e Michael Storper (apenas para citar alguns). Para ele,

“Boa parte dessa literatura acaba sendo pouco mais do que uma relação de descrições que saúdam, segundo Amin e Robins (1994, p.79), o ‘fim da centralização, da concentração, da massificação e da estandartização e [a vitória] de uma utopia antifordista, caracterizada pela flexibilidade, pela diversidade e, em termos espaciais, pelo localismo’” (BRANDÃO, 2007:43).

Ainda que o contraponto desse conjunto seja dado por argumentos construídos no campo geográfico — ele lança mão de Harvey, Smith, Santos e Markusen, o que valoriza a contribuição do conhecimento geográfico às Ciências Humanas —, parece-nos temeroso reunir todos aqueles autores num mesmo plano. Como justificar “afinidades” entre Paul Krugman e Kenichi Ohmae, por exemplo?

Evidente que isso não invalida o esforço geral do autor. Ao atentar para as tramas escalares do capitalismo no território brasileiro, as desigualdades regionais, as políticas estatais que distribuíram desigualmente os recursos, a importância da economia urbana e a integração do mercado nacional, Brandão indica que o espaço não é apenas mero receptáculo passivo do jogo econômico e do processo histórico brasileiros, mas sim algo que foi trabalhado e manejado de forma a permitir a instalação de relações capitalistas de produção entre nós. Na esfera política, ressalta a propriedade fundiária monopolista urbana e rural enquanto elementos espaciais a fundamentarem o poder político no país. Tudo isso à luz de quatro categorias analíticas essencialmente espaciais: *homogeneização, integração, polarização e hegemonia*.

Não menos importante é o fato de Brandão grifar as questões *internas* do desenvolvimento capitalista no Brasil; mesmo sendo do campo marxista, não há a repetição de fórmulas rasas como “exploração do Brasil pelo capital internacional” e coisas do gênero. Após *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1970), de Cardoso e Faletto, sabemos com nitidez meridiana como as elites dos países periféricos teceram pactos com o capital internacional visando permanecer no poder e preservar seus privilégios — mesmo que o país como um todo restasse dependente e mesmo que pudesse haver “desenvolvimento”.

A propósito deste tema, não há como não sentir a ausência de *A economia brasileira: crítica à razão dualista* (1972) na bibliografia por, pelo menos, duas razões: primeiro, por tratar-se de uma das melhores e mais contundentes críticas ao desenvolvimento capitalista no Brasil no século XX; segundo, pelas várias sugestões espaciais levantadas por Francisco de Oliveira a

propósito dos processos de urbanização capitalista e da reprodução da força de trabalho num país periférico.

Ainda a respeito da relação do autor com o marxismo, é curioso constatar a presença do historiador francês Fernand Braudel numa citação acerca da passagem dos mercados regionais a um mercado nacional e seus componentes político e econômico. Não raro Brandão também usa o termo “longa duração”. Ora; mesmo que Braudel e o marxismo tenham definições distintas sobre o *mercado*, bem como concepções diferentes de *tempo*, o diálogo é muito bem-vindo e mostra o não-sectarismo do autor.

De qualquer maneira, creio que o que Brandão parece apresentar como novidade (a divisão social do trabalho como categoria central para o estudo da dimensão espacial do desenvolvimento [p.69] e o espaço enquanto produto social [p.65], p.ex.) já é, há tempos, consagrado pela literatura que ele mesmo recolheu. Não que isso não seja importante: ao destacar a indissociabilidade economia-espaço e aproximar a ciência econômica da ciência geográfica, não há dúvidas de que estamos diante de um trabalho valoroso. Todavia, talvez tenha faltado fôlego ao autor na passagem da *descrição* à *explicação*, na passagem da *apresentação* das desigualdades urbano-regionais brasileiras à *análise* de como elas se formaram e se articularam no próprio âmbito dessas desigualdades.

Seguramente, aqui o livro pagou o preço de sua ousadia. Preço válido, porém alto demais, diga-se de passagem. Afinal, o capítulo 3, “As heterogeneidades estruturais e a construção da unidade nacional: integração do mercado nacional e a construção social de uma ‘economia urbana complexa’”, tem como recorte espacial todo o território nacional e como recorte temporal do Brasil Colônia a 1985! Trata-se de fato de uma boa abordagem em termos de uma perspectiva transescalar do capitalismo, tendo São Paulo e a região Sudeste à frente da dinâmica regional brasileira — mas tão somente do ponto de vista panorâmico. As questões ali levantadas não são aprofundadas a contento ⁴. A seu turno, estranhamente, o capítulo seguinte, “Transformação no ‘padrão de sociabilidade’ do Brasil, crise estrutural do Estado e a natureza do impasse na construção da nação: algumas especulações (1985-2003)”, perde praticamente por inteiro a *démarche* espacial, retornando ao esquema de uma economia política desinteressada do espaço.

⁴ Nesse sentido, vide o capítulo “Construção e destruição do fator nacional no Brasil”, cujo livro *A des-ordem da periferia: 500 anos de espaço e poder no Brasil*, de Andreas Novy (2002), também parte da mesma inquietação: compreender a economia brasileira a partir do espaço.

Enfim, *Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global* contém uma rica agenda de pesquisas a ser explorada por economistas, geógrafos e todos aqueles interessados na dinâmica espacial capitalista brasileira.